



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO AO ATO SEAUD.GP Nº 732, DE 14/12/2023

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC

EXERCÍCIO 2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Capacitação necessária para execução do PAA.

A Resolução CNJ 309/2020, nos arts. 69 a 72, e o Ato SEAUD 317/2020, no art. 8º, preveem a apresentação do Plano Anual de Capacitação de Auditoria, após a aprovação do PAA pela Presidência do Tribunal. Ademais, conforme alteração introduzida pelo art. 3º da Resolução CNJ 422/2021, é recomendável que esse plano contemple, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada servidor lotado na unidade, observada a disponibilidade orçamentária do órgão.

Nesse sentido, estimou-se o mínimo de 8 dias úteis de treinamento por servidor desta Secretaria, considerando as 7 horas diárias da jornada de trabalho, totalizando assim 56 horas de capacitação para cada servidor, em atendimento ao que recomenda o art. 72 da Resolução CNJ 309/2020.

Para o levantamento da necessidade de capacitação foram considerados os temas ou processos auditáveis previstos neste PAA e os conhecimentos específicos necessários para a execução dos trabalhos de auditoria e de outras atividades inerentes à SEAUD.

Diante dessas informações, apresenta-se, na tabela abaixo, a necessidade de capacitação dos servidores da SEAUD para a execução do PAA/2024, sem considerar os temas dos monitoramentos listados na Tabela 2, tendo em vista que os treinamentos foram realizados em anos anteriores:

Tabela 1 - Conhecimentos específicos e necessidade de capacitação para a execução dos trabalhos de auditoria de 2024.

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2024
1	Transparência da Prestação de Contas de Forma Contínua	LC 101/2000 – LRF; Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação; Lei 8.112/1990 e legislação correlata; Lei 8.666/1993, Lei 14.133/2021 e legislação correlata; Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Instrução Normativa TCU 84/2020; e Decisões Normativas do TCU.	Não	Não
2	Prestação de Contas Anual	LC 101/2000; Lei 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; Siafi Operacional, Web e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Contabilidade Pública – NBCASP e MCASP	Sim
3	Prestação de Contas Anual	LC 101/2000; Lei 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor	Análise de Dados	Sim



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2024
		Público - MCASP; Siafi Operacional, <i>Web</i> e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.		
4	Prestação de Contas Anual	LC 101/2000; Lei 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; Siafi Operacional, <i>Web</i> e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Auditoria Baseada em Riscos	Sim
5	Prestação de Contas Anual	LC 101/2000; Lei 4320/1964; Instrução Normativa TCU 84/2020; Administração Financeira e Orçamentária; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; Siafi Operacional, <i>Web</i> e Tesouro Gerencial; curso prático de elaboração dos papéis de trabalho da fase do planejamento e de análise das contas e demonstrativos contábeis do Setor Público; e Excel Avançado.	Auditoria financeira	Não
6	Gestão da Funpresp-Jud	LC 109/2001; Lei 12.618/2012; Portaria MPS PREVIC 559/2013; e Resolução STF 496/2012.	Não	Não
7	Contabilização dos Recursos Próprios do Programa de Assistência à Saúde - TST-Saúde	Normas Brasileiras de Contabilidade; Resolução CFC 1.374/2011; e Ato do Conselho Deliberativo do TST-Saúde 12/2009.	Não	Não
8	Folha de Pagamento – Verificação das Variações no Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão na Folha de Pagamento do TST	Lei 8.112/1990; Lei 11.416/2006; Lei 13.317/2016; Lei 13.752/2018; legislações correlatas ao pagamento de pessoal; ferramentas informatizadas de auditoria; Excel; Sistema SIGEP, módulo <i>Folha Web</i> .	Análise de Dados de Pessoal	Sim
9	Folha de Pagamento – Recolhimentos Previdenciários	Lei 8.112/1990; Lei 11.416/2006; Lei 13.317/2016; Lei 13.752/2018; legislações correlatas ao pagamento de pessoal; ferramentas informatizadas de auditoria; Excel; Sistema SIGEP, módulo	Análise de Dados de Pessoal	Sim



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2024
		Folha Web; Direito Processual Civil.		
10	Atendimento e Suporte ao Usuário	Resoluções CNJ 370/2021 e 468/2022; ITIL v3 e atualizações e Ferramentas ITSM.	Gerenciamento de Serviços de TIC	Não
11	Atendimento e Suporte ao Usuário	Resoluções CNJ 370/2021 e 468/2022; ITIL v3 e atualizações e Ferramentas ITSM.	Gestão de Contratos de TIC	Não
12	Atendimento e Suporte ao Usuário	Resoluções CNJ 370/2021 e 468/2022; ITIL v3 e atualizações e Ferramentas ITSM.	Utilização de Ferramentas de ITSM	Sim
13	Segurança de TIC	Resoluções CNJ 370/2021 e 396/2021; Sistema de Gestão de Segurança da Informação; Controles de Segurança da Informação e Governança de Dados.	Controles de Segurança da Informação	Não
14	Segurança de TIC	Resoluções CNJ 370/2021 e 396/2021; Sistema de Gestão de Segurança da Informação; Controles de Segurança da Informação e Governança de Dados.	Segurança Cibernética	Não
15	Segurança de TIC	Resoluções CNJ 370/2021 e 396/2021; Sistema de Gestão de Segurança da Informação; Controles de Segurança da Informação e Governança de Dados.	Governança de Dados	Sim
16	Plano de Logística Sustentável	Lei 8.666/93; Lei 14.133/2021; Ferramentas informatizadas para emissão de relatórios, Resoluções CNJ 347/2020 e 400/2021; Ato TST 390/2020 e Ato Conjunto CSJT.TST 44/2021.	Governança das Contratações	Não
17	Plano de Logística Sustentável	Lei 8.666/93; Lei 14.133/2021; Ferramentas informatizadas para emissão de relatórios, Resoluções CNJ 347/2020 e 400/2021; Ato TST 390/2020 e Ato Conjunto CSJT.TST 44/2021.	Implementando Contratações Públicas Sustentáveis	Sim
18	Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina (Ação Coordenada de Auditoria demandada pelo CNJ)	Resolução CNJ 255/2018 e suas alterações; Portarias CNJ 176/2022 e 136/2023; Decreto 4.377/2002 (Promulgação da Convenção das Nações Unidas); 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030/ONU; Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE) - Rede Equidade/Senado Federal.	Não	Não
19	Atos de Pessoal Sujeitos a Registro no TCU	Regras constitucionais e legais relativas a aposentadoria e pensão; Lei 8.112/90; Legislação sobre vantagens remuneratórias de magistrados e servidores; e Direito Previdenciário.	Direito Previdenciário	Não
20	Atos de Pessoal Sujeitos a Registro no TCU	Regras constitucionais e legais relativas a aposentadoria e pensão; Lei 8.112/90; Legislação sobre vantagens remuneratórias de magistrados e servidores; e	Atualização em Legislação e Prática de Pessoal	Sim



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Tema ou Área Auditável	Conhecimentos Específicos	Necessidade de Capacitação	Capacitação Prioritária em 2024
		Direito Previdenciário.		
21	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na LC 101/2000	LC 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Contabilidade Pública – MDF e MCASP	Sim
22	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na LC 101/2000	LC 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Tesouro Gerencial	Não
23	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, estabelecido na LC 101/2000	LC 101/2000 (LRF); Siafi gerencial e operacional; e contabilidade aplicada ao setor público.	Siafi – Operacional e Web	Não
24	Diligências do Tribunal de Contas da União	Legislação de Pessoal; Lei 8.666/93; Lei 14.133/2021; e Ferramentas informatizadas para emissão de relatórios.	Atualização em Legislação e Prática de Pessoal	Sim
25	Consultoria demandada pela Administração do TST (Os temas das atividades ainda serão definidos pelo CNJ e pela Administração do Tribunal)	A definir oportunamente.	Avaliação do Tipo Consultoria	Sim
26	Desenvolvimento da Capacidade de Auditoria Interna da SEAUD	Normas de Auditoria; Modelo IA-CM.	Conhecimento do Modelo IA-CM	Sim

Destaca-se que, regularmente, o TST oferece aos seus servidores ações e cursos de capacitação que contemplam atualização em direito constitucional, direito administrativo, língua portuguesa, redação e ferramentas de informática, que acabam por compor a capacitação dos servidores da SEAUD.

Ainda, diante da limitação dos gastos públicos de que trata a Emenda Constitucional 95, de 15/12/2016, o TST tem buscado soluções para manter o desenvolvimento de seus servidores, tais como parcerias com outros órgãos para realização de cursos a baixo custo ou sem ônus. Ademais, o CNJ e o TCU têm oferecido ações de capacitação direcionadas aos servidores da área de auditoria interna, sem ônus para o Tribunal.

Ressalta-se que a necessidade de capacitação identificada é considerada essencial para o desempenho das atribuições dos servidores da SEAUD e visam o desenvolvimento das áreas de auditoria interna em alinhamento com as boas práticas atualmente adotadas e a integração entre os órgãos. Da mesma forma, a participação de auditores em fórum de debates, a exemplo do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário, do Fórum Nacional de Controle promovido pelo TCU ou do Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições, ampliam a visão estratégica e internalizam boas práticas existentes em outros órgãos da Administração Pública.

Ademais, devido ao ingresso de novos servidores nesta Secretaria e à atualização frequente de normas, é necessário manter cursos para formação básica de auditores, conforme art. 69, § 2º, da Resolução CNJ 309/2020. São cursos de Auditoria Governamental; Normas Internacionais de Auditoria; Auditoria Baseada em Risco; Governança Pública; e Gestão de Riscos.

Outras formações possuem particularidades específicas. No tocante à auditoria de TIC, há necessidade de capacitação em Auditoria de Tecnologia da Informação e de participação em conferências sobre boas práticas e temas relevantes para a estratégia de TIC do TST, como o *Gartner IT Infrastructure, Operations and Cloud Strategies Conference*; *Gartner Data & Analytics Summit*; e *Gartner Symposium ITXPO*.